

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 26 | setembro de 2020

70

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa
e Comunicação (substituto)**

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Maíra Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O TRABALHO PRECÁRIO E A PANDEMIA: OS GRUPOS DE RISCO NA ECONOMIA DO TRABALHO¹

Sandro Sacchet de Carvalho²
Mauro Oddo Nogueira³

1 INTRODUÇÃO

Em 26 de fevereiro de 2020, foi oficialmente registrado o primeiro caso da Covid-19 no Brasil. A partir de então, a adoção do isolamento social como principal instrumento de combate à disseminação da doença passou a ser adotado em maior ou menor grau e em tempos diferentes por todo o país. Do ponto de vista econômico, o mais expressivo efeito dessa medida é que inúmeros estabelecimentos – especialmente aqueles que lidam diretamente com atendimento aos clientes – são obrigados a interromperem suas atividades. A estes, seguem-se, em efeito cascata, estabelecimentos de atividades que integram suas cadeias de produção e consumo. Desdobra-se, então, vigoroso impacto desse processo no mundo do trabalho. No âmbito dos autônomos e micro e pequenos empresários, há a cessação – ou redução drástica – da renda; no contexto dos trabalhadores com vínculos empregatícios (formais ou informais), demissões e reduções salariais.

Para o enfrentamento desse quadro, que até então era uma expectativa dada como certa, o governo federal brasileiro iniciou ainda em março a instituir medidas que tinham por objetivo mitigar os esperados impactos socioeconômicos da pandemia (Nogueira, Silva e Carvalho, 2020). Entretanto, os dados publicados desde então apontam para realidade na qual esses impactos, a despeito de todo o conjunto de medidas governamentais, foram não somente significativos, mas também diferenciados, atingindo com maior gravidade os segmentos mais vulneráveis da economia, revelando de forma clara a natureza precária da inserção laboral de grande parte dos trabalhadores no Brasil.

Este estudo tem por objetivo apresentar alguns resultados da segmentação de tais impactos. Para tanto, combinamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD Contínua/IBGE (IBGE, 2020a), do primeiro trimestre de 2020, com dados da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b), de maio a julho, aproveitando-nos do fato de que essa pesquisa é construída a partir de amostra de domicílios da PNAD Contínua, o que permite realizar uma análise dos fluxos imediatamente antes e após a pandemia.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/nta2>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

2 O IMPACTO DA INFORMALIDADE NA INSEGURANÇA DO TRABALHO

Não é necessário que se discorra sobre a questão de a informalidade ser o ambiente mais vulnerável de nossa economia, seja no que se refere ao trabalho, seja no que concerne aos empreendimentos. Na tabela 1, apresentamos a situação por tipo de ocupação a que foram conduzidos os trabalhadores desde o início da pandemia – ou seja, mostram-se as transições dos ocupados entre o primeiro trimestre de 2020 e maio deste ano. Revelam-se também as transições entre maio e junho, bem como entre junho e julho.

TABELA 1
Fluxos da ocupação durante a pandemia por posição na ocupação (2020)
 (Em %)

Tipo de ocupação	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado por outro motivo	Desemprego	Inatividade
Painel A: entre o 1º trimestre e maio de 2020					
Privado formal	67,41	11,11	4,02	5,42	12,04
Privado informal	48,97	14,48	1,51	6,94	28,10
Militar/estatutário	69,04	18,08	4,55	1,03	7,31
Público em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	71,94	11,78	4,62	2,69	8,97
Público informal	54,13	20,15	3,06	4,19	18,47
Empregador	74,47	11,54	1,01	2,09	10,89
Conta própria	53,55	14,8	1,82	4,34	25,49
Painel B: entre maio e junho de 2020					
Privado formal	83,36	9,90	4,12	0,9	1,73
Privado informal	67,47	18,52	1,91	3,6	8,50
Militar/estatutário	78,23	15,38	5,27	0,21	0,92
Público CLT	81,95	13,45	3,61	0,35	0,63
Público informal	71,14	21,97	3,05	0,54	3,30
Empregador	88,54	8,16	0,94	0,34	2,02
Conta própria	72,01	15,69	2,51	2,15	7,64
Painel C: entre junho e julho de 2020					
Privado formal	86,49	6,76	4,4	0,73	1,62
Privado informal	73,78	10,23	2,32	2,89	10,78
Militar/estatutário	79,37	13,29	6,3	0,24	0,80
Público CLT	83,35	11,11	4,39	0,07	1,08
Público informal	73,38	16,65	4,59	0,68	4,70
Empregador	91,97	3,51	0,91	0,21	3,39
Conta própria	78,12	7,67	2,08	1,94	10,18

Fontes: IBGE (2020a; 2020b).
 Elaboração dos autores.

O impacto da pandemia sobre a perda da ocupação foi imenso entre todos os trabalhadores, mas incontestavelmente afetou de forma mais intensa os trabalhadores sem carteira, privados ou públicos, e os trabalhadores por conta própria. Menos da metade dos trabalhadores no setor privado informal (sem carteira) permaneceu ocupada entre o primeiro trimestre de 2020 e maio, e 35% deles foram para o desemprego ou diretamente para a inatividade. Até mesmo uma ocupação no setor público não significou maior estabilidade para os informais durante a crise, uma vez que apenas 54% permaneceram trabalhando e 22,6% perderam o emprego em definitivo. Entre os trabalhadores por conta própria, quase 30% perderam a ocupação, sendo que somente próximo da metade permaneceu em atividade.

Por sua vez, para os trabalhadores formais (com carteira) do setor privado, pouco mais de 17% perderam a ocupação, enquanto mais de dois terços permaneceram em atividade, o que claramente indica que a posse da carteira de trabalho ainda representa maior segurança na ocupação, mas a parcela que foi fortemente afetada pela crise não é desprezível, o que investigaremos com mais detalhes adiante.

Entre maio e junho, bem como entre junho e julho, os fluxos para fora da atividade caíram entre os trabalhadores formais (privados e públicos). Contudo, permaneceram elevados para os informais e conta própria, tendo inclusive aumentado entre junho e julho na comparação com os fluxos entre maio e junho.

A tabela 1 mostra também que considerável parte dos ocupados no primeiro trimestre declarou permanecer ocupados, mas afastados do trabalho devido à pandemia. Na tabela 2, podemos observar os efeitos da pandemia na obtenção de renda por esses trabalhadores – isto é, informa-se entre aqueles que transitaram para o afastamento do trabalho se receberam renda do trabalho ou não.

TABELA 2
Recebeu renda do trabalho em caso de afastamento (maio 2020)
 (Em %)

	Afastado por causa da pandemia		Afastado por outro motivo	
	Não	Sim	Não	Sim
Privado formal	18,67	81,33	8,72	91,28
Privado informal	53,94	46,06	27,65	72,35
Militar/estatutário	2,59	97,41	3,65	96,35
Público CLT	3,87	96,13	1,36	98,64
Público informal	18,77	81,23	10,65	89,35
Empregador	57,83	42,17	37,90	62,10
Conta própria	65,70	34,30	38,73	61,27

Fontes: IBGE (2020a; 2020b).
 Elaboração dos autores.

Destaca-se que, entre os que declaram permanecer na ocupação, mas afastados do trabalho devido à pandemia, a maioria dos informais não recebeu qualquer renda do trabalho. De fato, entre os trabalhadores por conta própria, pouco mais de um terço receberam alguma renda do trabalho.

Dos trabalhadores com carteira do setor privado, 81% receberam alguma renda do trabalho, mesmo estando afastados.⁴ Essas diferenças entre formais e informais existem inclusive quando o motivo do afastamento do trabalho não foi a pandemia. Contudo, estas foram significativamente agravadas por conta desta.

A tabela 3 traz os impactos na pandemia no valor dos rendimentos, mostrando a proporção da renda do trabalho efetivamente recebida com relação à habitualmente recebida nos meses de maio e julho. Em maio, mais de 44% dos trabalhadores por conta própria receberam efetivamente menos da metade da renda habitual, sendo que 24,3% não obtiveram renda do trabalho alguma. Somente 36% receberam o mesmo ou mais que o habitual. A média da renda efetivamente obtida entre os trabalhadores por conta própria foi de apenas R\$ 1.090,00.

TABELA 3

Proporção da renda do trabalho efetiva com relação à renda habitual por posição na ocupação (maio-jul. 2020)

Tipo de ocupação	Sem renda do trabalho	Menor que 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%	100% ou mais	Rendimen- to médio efetivo do trabalho	Rendimen- to médio habitual do trabalho
Painel A: maio de 2020	%	%	%	%	%	%	(Em R\$ de julho)	(Em R\$ de julho)
Brasil	11,26	2,03	8,11	8,40	6,08	64,13	1.896,56	2.317,43
Privado formal	2,93	0,57	4,30	6,50	6,52	79,18	2.035,34	2.218,95
Privado informal	20,50	2,63	8,68	7,73	4,65	55,82	1.350,29	1.780,08
Militar/estatutário	0,66	0,08	0,95	3,05	6,14	89,12	3.951,17	4.043,89
Público CLT	1,87	0,16	1,91	3,93	4,78	87,36	3.286,52	3.439,94
Público informal	6,63	0,39	2,54	4,03	5,02	81,38	1.907,50	2.094,12
Empregador	13,56	3,78	15,14	14,58	5,54	47,40	4.073,52	5.891,87
Conta própria	24,33	4,65	15,62	12,75	6,10	36,55	1.090,80	1.818,60
Painel B: julho de 2020								
Brasil	5,31	1,45	7,57	8,57	6,89	70,22	2.069,87	2.376,76
Privado formal	1,94	0,51	3,98	5,78	6,4	81,39	2.095,63	2.256,81
Privado informal	9,80	1,66	8,18	8,94	6,16	65,25	1.394,46	1.640,67
Militar/estatutário	0,38	0,05	0,78	2,43	5,62	90,74	4.040,72	4.106,96
Público CLT	0,66	0,23	1,45	3,02	4,49	90,14	3.574,30	3.656,88
Público informal	3,20	0,25	2,23	3,76	5,17	85,38	1.995,10	2.103,74
Empregador	5,96	2,50	12,99	14,87	7,35	56,34	4.594,43	5.992,32
Conta própria	11,23	3,40	15,5	14,86	8,47	46,54	1.376,37	1.911,77

Fonte: IBGE (2020b).
Elaboração dos autores.

4. Infelizmente, não é possível separar o que fora pago pelo empregador e o que eventualmente tenha sido pago pelo governo no âmbito da Medida Provisória (MP) nº 936/2020 (Nogueira, Silva e Carvalho, 2020).

No setor privado sem carteira, pouco mais de 30% receberam menos da metade do habitual com renda efetiva média de R\$ 1.350,00. Até mesmo entre os com carteira do setor privado, 7,8% receberam menos da metade. Vale destacar que, em que pese esse valor aparentar não ser tão expressivo em termos percentuais, este representa algo em torno de 2,5 milhões de trabalhadores. Em julho, mais de 30% dos trabalhadores por conta própria e mais de 15% dos sem carteira privados ainda recebiam efetivamente menos da metade do habitual.

Esse conjunto de evidências deixa explícito que a fragilidade nas condições laborais dos trabalhadores informais, sejam empregados, sejam conta própria, sejam até mesmo ocupados no setor público, implica exposição significativamente mais grave desses trabalhadores às condições adversas do mercado quando sobrevém uma crise como a que vivemos agora.

3 OCUPAÇÕES MAIS AFETADAS PELA PANDEMIA

Assim como a precarização da inserção laboral se reflete diretamente na vulnerabilidade à crise, a precarização inerente às ocupações reproduz a mesma condição. A tabela 4 permite uma visualização do fenômeno, mostrando os mesmos fluxos da tabela 1, porém separados por ocupação. Os dados evidenciam correlação entre nível de escolaridade e segurança no trabalho. Ocupações de nível elementar e algumas de nível médio transitaram muito mais para o desemprego e a inatividade. As ocupações mais afetadas, com mais de 30% dos trabalhadores tendo perdido a ocupação, foram: trabalhadores elementares na agropecuária (38,1%); ajudantes de preparação de alimentos (37,4%); trabalhadores de cuidados pessoais (36,6%); trabalhadores ambulantes dos serviços (34,5%); trabalhadores qualificados na agropecuária (30,6%); vendedores (30,2%); e trabalhadores domésticos e limpeza (30,1%).

TABELA 4
Fluxos da ocupação durante a pandemia, por tipo de ocupação (1º trim.-maio 2020)
(Em %)

Ocupação	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado por outro motivo	Perdeu a ocupação (1+2)	Desemprego (1)	Inatividade (2)
Trabalhador elementar na agropecuária	56,2	4,2	1,6	38,1	6,4	31,7
Ajudante de preparação de alimentos	42,6	17,9	2,0	37,4	9,3	28,2
Trabalhador de cuidados pessoais	41,9	18,9	2,7	36,6	7,3	29,3
Trabalhador ambulante dos serviços	37,1	27,0	1,4	34,5	5,5	29,1
Trabalhador qualificado na agropecuária	63,7	4,1	1,7	30,6	2,4	28,2
Vendedor	52,7	14,8	2,4	30,2	5,4	24,8
Trabalhador doméstico e de limpeza	48,6	18,5	2,9	30,1	5,0	25,1
Artesão e operário das artes gráficas	56,3	12,8	2,4	28,5	4,5	24,0
Trabalhador elementar da indústria e da construção civil	58,1	10,1	3,6	28,1	8,2	20,0
Trabalhador de serviços pessoais	48,4	22,4	2,6	26,6	4,6	22,0
Trabalhador qualificado e operário	59,5	12,3	2,3	25,9	6,6	19,3

(Continua)

(Continuação)

Ocupação	Trabalhando	Afastado por causa da pandemia	Afastado por outro motivo	Perdeu a ocupação (1+2)	Desemprego (1)	Inatividade (2)
Técnico médio dos setores social e cultural	44,4	30,8	1,1	23,8	4,4	19,4
Coletor de lixo e outros elementares	63,3	10,6	2,6	23,5	3,8	19,7
Trabalhador de atendimento direto ao público	57,6	14,6	4,7	23,1	6,2	16,9
Técnico médio do direito	62,5	12,0	2,8	22,7	5,3	17,4
Profissional da educação (não professor)	54,1	20,5	2,9	22,6	5,1	17,5
Trabalhador de cálculo numérico	65,7	9,2	4,2	20,9	7,6	13,2
Operador de máquinas e condutores	60,9	15,0	3,5	20,6	4,9	15,7
Profissional das ciências sociais e do setor cultural	63,5	13,0	3,1	20,4	5,7	14,7
Escriturário e secretária	64,0	13,1	3,6	19,3	5,1	14,3
Técnico médio de ciências e engenharia	70,3	8,1	4,2	17,4	5,2	12,2
Metalúrgico	69,3	10,6	3,3	16,9	4,0	12,9
Técnico médio de finanças e administração	68,8	11,3	3,4	16,4	5,3	11,2
Técnico de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	75,5	7,6	3,0	13,9	4,7	9,2
Trabalhador da segurança	72,2	8,8	5,1	13,9	4,0	9,9
Outros trabalhadores de apoio administrativo	72,2	9,8	4,2	13,8	1,2	12,6
Diretor e gerente	76,4	9,5	2,0	12,1	3,4	8,7
Professor de ensino médio e fundamental	56,2	28,4	3,3	12,1	1,9	10,2
Técnico médio de saúde e afins	74,6	8,4	5,1	11,9	2,4	9,5
Administrador de empresas	78,7	7,8	2,1	11,4	2,7	8,7
Forças Armadas, bombeiros e policiais	78,8	5,0	4,8	11,4	2,9	8,5
Professor universitário	80,4	7,2	1,2	11,2	1,5	9,7
Advogado, juiz e outros profissionais do direito	76,5	10,6	1,8	11,2	2,1	9,1
Profissional de ciências e engenharias	79,4	7,5	2,1	11,1	2,8	8,2
Médico	83,0	5,0	3,7	8,4	1,9	6,5
Outros profissionais da saúde	77,3	10,8	3,9	8,0	1,4	6,6
Profissional de TIC	88,1	6,8	2,0	3,1	1,1	2,0

Fontes: IBGE (2020a; 2020b).
Elaboração dos autores.

Mas não apenas trabalhadores dos serviços e da agricultura foram muito afetados, como também operários de modo geral sofreram um grande impacto. Mais de um quarto de artesãos e operários das artes gráficas, trabalhadores elementares da indústria e da construção e trabalhadores qualificados e operários perdeu a ocupação entre o primeiro trimestre e maio de 2020.

Entre os profissionais de nível superior, outros profissionais da educação (22,6% perderam a ocupação) e profissionais de ciências sociais e do setor cultural (20,4%), também foram muito afetados. Destaca-se também alta proporção de ocupados no primeiro trimestre que declararam estar afastados devido à pandemia entre professores do ensino médio e fundamental, técnicos de nível médio dos setores social e cultural e entre os trabalhadores ambulantes.

Como esperado, fenômeno análogo repete-se quando se observam os impactos da crise nos rendimentos dos trabalhadores (tabela 5). Assim como no efeito da crise provocada pela Covid-19 nos níveis de ocupação, seus impactos na renda também foram mais significativos nas atividades que têm, historicamente, inserção mais precária no mercado de trabalho. O setor mais afetado foi o de cabeleireiros, manicures e afins, com 39% dos ocupados afastados, R\$ 601,06 de renda efetiva média – que corresponde ao valor concedido pelo governo no Auxílio Emergencial (AE) (Nogueira, Silva e Carvalho, 2020) –, sendo esse valor referente a somente 40% da renda habitual. Observou-se, ainda, que quase 65% desses trabalhadores receberam menos da metade do habitual em maio.

TABELA 5

Proporção de trabalhadores afastados pela pandemia, renda efetiva, proporção da renda efetiva sobre a habitual e proporção de trabalhadores com renda menor que 50% da habitual, por ocupação (maio 2020)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Brasil	18,7	1.896,56	81,8	21,7
Cabeleireiro, manicure e afins	39,8	601,06	40,3	64,7
Vendedor ambulante	41,0	631,73	51,5	52,9
Comerciante (dono do bar, da loja etc.)	22,2	1.486,37	59,0	42,4
Artesão, costureiro e sapateiro	29,1	720,18	59,0	47,6
Motorista (de aplicativo, táxi, van, mototáxi e ônibus)	31,6	1.145,73	61,2	38,7
Artista e religioso (padre, pastor etc.)	32,0	1.787,08	69,1	41,8
Pedreiro, servente de pedreiro, pintor, eletricitista e marceneiro	16,5	1.086,83	69,5	33,1
Vendedor a domicílio, representante de vendas e vendedor de catálogo	24,7	1.410,16	69,5	39,4
Cozinheiro e garçom (de restaurantes e empresas)	36,6	993,12	73,3	28,7
Empregado doméstico e diarista	28,9	697,53	73,7	30,5
Motoboy	11,5	1.090,08	73,8	25,1
Padeiro, açougueiro e doceiro	14,8	1.076,64	78,3	25,2
Mecânico de veículos, máquinas industriais etc.	11,1	1.539,00	78,5	23,5

(Continua)

(Continuação)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Médico, enfermeiro e profissional de saúde de nível superior	10,2	4.893,03	78,7	20,6
Outros	19,5	1.990,95	81,5	21,4
Entregador de mercadorias (de restaurante, loja e aplicativo)	10,3	1.172,20	81,5	19,9
Pedagogo e professor de idiomas, música, arte e reforço escolar	29,8	2.026,71	82,6	24,6
Motorista de caminhão (caminhoneiro)	10,7	1.856,07	83,2	16,2
Diretor, gerente e cargo político ou comissionado	9,7	5.098,15	83,3	16,1
Agricultor, criador de animais, pescador, silvicultor e jardineiro	7,0	1.088,36	83,7	23,9
Balconista e vendedor de loja	22,3	1.149,60	83,9	14,5
Auxiliar da agropecuária (colhedor de frutas, boia-fria etc.)	5,9	869,85	84,3	20,2
Cuidador de crianças, doentes ou idosos	27,8	1.048,23	85,0	18,7
Outro técnico ou profissional de nível médio	14,5	2.341,30	85,9	14,4
Outra profissão de nível superior (advogado, engenheiro etc.)	9,5	4.666,44	86,7	17,0
Auxiliar de produção, de carga e descarga	13,3	1.307,88	89,2	11,1
Secretária e recepcionista	21,7	1.405,04	91,1	10,5
Operador de máquinas e montador na indústria	14,3	1.758,08	92,1	7,5
Faxineiro, auxiliar de limpeza etc. – em empresa pública ou privada	23,3	1.149,59	92,5	7,4
Auxiliar de escritório e escriturário	14,6	1.797,28	93,1	7,1
Segurança, vigilante e outro trabalhador dos serviços de proteção	9,1	1.999,55	94,0	6,4
Professor	32,6	3.129,37	94,4	6,9
Porteiro e zelador	15,4	1.395,20	94,5	5,3
Técnico e profissional da saúde de nível médio	11,2	1.883,68	94,5	5,3
Operador de <i>telemarketing</i>	7,1	1.292,16	94,6	4,6
Policial civil	10,1	5.891,38	98,6	0,8

Fonte: IBGE (2020b).
Elaboração dos autores.

Destaca-se negativamente também a atividades de vendedor ambulante, comerciante e artesão, costureiro e sapateiro, bem como vendedor ambulante. Percebe-se aqui que os micro e pequenos empresários do comércio, a despeito de situarem-se em patamar de renda mais elevado, foram também gravemente atingidos pela pandemia. Com a renda muito afetada temos também os

motoristas (de aplicativo e táxis), pedreiros, artistas, vendedores em domicílio e de catálogo (Avon, Natura etc.), cozinheiros e garçons e os motoboys.

No apêndice A, estão apresentados esses dados para o mês de julho (tabela A.1). É possível constatar que já há sinais de melhoria na renda de modo geral, porém ainda em patamares tímidos. Há, ainda, sinais de que, a despeito dessa recuperação geral, os artistas ainda continuaram vivenciando um processo de deterioração da renda como proporção da renda habitual.⁵

Além da questão da precariedade, é possível observar também que, como era de esperar-se, os impactos resultaram de associação desse fator com o grau de dependência da atividade para com o relacionamento direto com o cliente em seu exercício.

4 TRABALHO PRECÁRIO NO SETOR PRIVADO FORMAL

As diferenças da probabilidade de perda de emprego ou de renda em caso de afastamento entre os trabalhadores formais, privados ou públicos, e os informais sem carteira ou por conta própria são expressivas e evidentes. Contudo, uma parcela dos trabalhadores privados com carteira foi igualmente afetada pela pandemia, tanto quanto os trabalhadores informais.

Se, como na tabela 1, no total, pouco mais de 17% dos com carteira privados perderam o emprego entre o primeiro trimestre e maio de 2020 – isto é, ficaram em situação de desemprego ou inatividade –, de acordo com os dados da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b), essa perda da ocupação foi mais aguda em ocupações tipicamente precárias, até mesmo quando formais, tais como: ajudantes de preparação de alimentos (28,5%); vendedores (23,2%); técnicos de nível médio dos setores social e cultural (22,6%); trabalhadores de atendimento direto ao público (22,2%); trabalhadores de serviços pessoais (20,9%); trabalhadores domésticos e limpeza (21,5%); trabalhadores elementares na agropecuária (20,5%); e trabalhadores qualificados e operários (20,3%). Somando-se a escriturários e secretárias, operadores e condutores de máquinas e trabalhadores elementares da indústria, da construção e do transporte, essas ocupações concentram dois terços de todos os formais que perderam suas ocupações.

Além disso, pelo que se pode observar na tabela 6, que mostra o impacto da pandemia nos rendimentos entre as ocupações do setor privado com carteira mais afetadas, 7,8% dos com carteira receberam menos da metade do habitual, o que significa 2,54 milhões de pessoas. Por exemplo, entre cabeleiros, manicures e afins, quase 17% receberam menos da metade, o que em média não chegaria aos R\$ 600,00. Além de quase metade deles estar afastada pela pandemia em maio.

Situação semelhante em muitas outras ocupações, nas quais considerável parte apenas recebia uma fração de sua renda habitual, tendo sua renda média caído conseqüentemente bem abaixo dos R\$ 1.000,00. Os dados de julho, reportados na tabela A.2 do apêndice A, mostram que a situação permaneceu difícil nessas ocupações, tendo inclusive piorado em algumas destas, a saber: vendedores ambulantes; cabeleiros, manicures e afins; e cozinheiros e garçons.

5. Isso também se poderia imaginar para os policiais civis. Entretanto, a variação verificada parece estar dentro da margem de erro da pesquisa. Isso é mais verdadeiro se tivermos em conta a natureza das relações de trabalho dessa categoria profissional.

TABELA 6

Proporção de afastados pela pandemia, renda efetiva, proporção da renda efetiva sobre a habitual e proporção de trabalhadores com renda menor que 50% da habitual – por ocupação, trabalhadores do setor privado com carteira (maio 2020)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Trabalhadores do setor privado com carteira	13,5	2.035,34	91,7	7,8
Cabeleireiro, manicure e afins	48,1	1.139,03	74,5	16,9
Cozinheiro e garçom (de restaurantes e empresas)	33,6	1.187,25	81,9	14,6
Motorista (de aplicativo, táxi, van, mototáxi e ônibus)	19,8	1.612,48	82,7	16,0
Artesão, costureiro e sapateiro	31,5	1.140,68	84,4	19,2
Vendedor ambulante	20,1	1.462,43	85,1	6,9
Vendedor a domicílio, representante de vendas e vendedor de catálogo	11,3	2.225,80	87,9	10,5
Balconista e vendedor de loja	20,9	1.301,75	88,8	10,6
Artista e religioso (padre, pastor etc.)	19,9	2.526,45	89,8	5,1
Médico, enfermeiro e profissionais de saúde de nível superior	6,2	4.629,71	90,3	6,6
Motoboy	5,2	1.397,80	90,5	11,3
Pedagogo e professor de idiomas, música, arte e reforço escolar	24,5	2.237,96	90,6	7,2
Secretária e recepcionista	17,8	1.374,54	91,1	10,1
Professores	17,2	3.047,61	91,4	9,7
Pedreiro, servente de pedreiro, pintor, eletricista e marceneiro	12,3	1.645,76	91,6	7,8
Auxiliar de produção, de carga e descarga	12,9	1.368,71	91,9	8,0
Outro técnico ou profissional de nível médio	11,8	2.188,43	92,0	7,5
Mecânico de veículos, máquinas industriais etc.	9,3	1.920,82	92,0	8,4
Outros	13,5	2.082,95	92,2	7,9
Faxineiro, auxiliar de limpeza etc. – em empresa pública ou privada	19,1	1.156,00	92,4	6,5
Auxiliar de escritório e escriturário	11,7	1.641,67	92,4	6,8
Empregado doméstico e diarista	16,6	1.166,12	92,5	8,2
Operador de máquinas e montador na indústria	14,1	1.797,43	92,6	6,3
Motorista de caminhão (caminhoneiro)	8,0	1.969,28	93,0	5,7
Padeiro, açougueiro e doceiro	5,7	1.439,91	93,8	5,6
Outra profissão de nível superior (advogado, engenheiro etc.)	5,9	4.429,13	93,9	6,4

(Continua)

(Continuação)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Diretor, gerente e cargo político ou comissionado	7,4	5.817,79	94,1	6,4
Segurança, vigilante e outro trabalhador dos serviços de proteção	6,8	1.735,87	95,0	4,8
Cuidador de crianças, doentes ou idosos	22,9	1.418,78	95,1	5,7
Porteiro e zelador	9,8	1.494,35	95,2	4,3
Técnico e profissional da saúde de nível médio	10,1	1.810,18	95,3	3,6
Entregador de mercadorias (de restaurante, loja e aplicativo)	5,5	1.393,37	95,4	6,2
Operador de <i>telemarketing</i>	6,2	1.331,93	95,5	2,8
Agricultor e criador de animais, pescador, silvicultor e jardineiro	4,1	1.486,82	97,2	2,6
Auxiliar da agropecuária (colhedor de frutas, boia-fria etc.)	2,9	1.393,28	97,6	3,6
Comerciante (dono de bar, loja etc.)	-	-	-	-
Policial civil	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2020b).
Elaboração dos autores.

Em síntese, em pese o conjunto de medidas adotadas pelo governo federal direcionadas à proteção dos trabalhadores, os impactos da pandemia, até mesmo nos trabalhadores formais, foram expressivos. E, como seria de esperar-se, os trabalhadores daquelas atividades que se caracterizam por baixa qualificação e/ou fragilidade nos vínculos de emprego – ou seja, aquelas que são mais vulneráveis inclusive em tempos normais – foram mais duramente atingidos.

5 IMPACTO NA RENDA DOMICILIAR E SEGURANÇA HABITACIONAL

A perda da ocupação ou, como vimos em alguns casos, o afastamento do trabalho sem dúvida causará um grande impacto na renda domiciliar. A PNAD Covid-19 (IBGE, 20120b) investiga os rendimentos de outras fontes para além da ocupação principal; isso nos permite averiguar o grau de dependência dos domicílios mais afetados, não apenas em relação ao AE, como também a outras fontes de renda. Na tabela 7, mostra-se a proporção de domicílios que, entre aqueles que perderam o emprego entre o primeiro trimestre e maio de 2020, receberam rendas provenientes de outras fontes, de acordo com a posição do chefe do domicílio no primeiro trimestre.⁶

6. A PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b) capta o rendimento de outras fontes por domicílio, não individualmente; por isso, optou-se por associar a posição na ocupação do domicílio àquela do declarado como chefe.

Observa-se, em primeiro lugar que, de modo geral e como esperado, os domicílios nos quais o chefe perdera uma ocupação informal são mais dependentes de renda de programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o AE.

Entre os que perderam o emprego, de acordo com a posição na ocupação do chefe do domicílio, apenas 18,5% dos formais privados habitavam domicílios que declararam receber seguro desemprego em maio, o que torna a maior parte dos domicílios onde os chefes formais do setor privado perderam o emprego igualmente dependentes de outras fontes de renda, inclusive do AE. Destaca-se ainda que, entre os domicílios em que o chefe trabalhava no setor formal privado, apenas 22,4% recebiam renda de aposentadoria; a menor proporção entre as demais posições na ocupação.

TABELA 7

Proporção de domicílios que receberam outras fontes de renda entre aqueles que perderam o emprego, de acordo com a posição do chefe do domicílio no primeiro trimestre (1º tri.-maio 2020)

(Em %)

Tipo de ocupação	Aposentadoria	Pensão ou doação	Bolsa Família	BPC	AE	Seguro-de- semprego	Aluguel/ rendimentos financeiros
Média	35,7	5,5	12,5	2,8	50,2	6,0	4,4
Privado formal	22,4	6,0	5,4	1,3	39,7	18,5	3,0
Privado informal	29,1	7,8	19,7	3,3	63,5	1,8	2,9
Militar/estatutário	68,9	4,0	4,9	0,9	22,7	0,9	4,4
Público CLT	42,4	4,5	13,7	2,6	35,4	2,0	6,2
Público informal	25,7	7,8	13,8	3,2	54,4	0,8	5,6
Empregador	53,6	3,8	5,2	1,3	34,6	0,7	18,3
Conta própria	42,7	4,3	14,7	3,7	54,0	1,7	4,6

Fonte: IBGE (2020b).

Elaboração dos autores.

A tabela 8 traduz a informação em termos monetários, mostrando-se a renda domiciliar média por posição na ocupação do chefe do domicílio entre os que perderam a ocupação e entre os que estavam afastados e recebendo menos da metade do habitual. Na tabela A.3, no apêndice A, reporta-se a renda domiciliar média de maio para comparação. A perda do emprego pelo chefe do domicílio durante a pandemia, como esperado, afetou duramente a renda domiciliar média do trabalho, tendo-a reduzido entre 70% e 80%, dependendo da posição na ocupação,⁷ como pode ser observado na comparação com a tabela A.3. Como exemplo, entre os empregados privados sem carteira, a renda domiciliar efetiva do trabalho média caiu de R\$ 2.225,00 para R\$ 517,00, em caso de perda da ocupação entre o primeiro trimestre e maio de 2020. No setor privado com carteira, a queda foi de R\$ 3.472,00 para R\$ 831,00.

7. Entre os empregadores, a redução alcançou 88%.

As demais colunas da tabela 8 revelam o papel que as outras fontes de renda possuem na segurança da renda domiciliar. Por exemplo, ao se comparar a renda domiciliar proveniente do trabalho dos trabalhadores formais que perderam a ocupação no setor privado com a dos conta própria na mesma situação, a renda daqueles supera em cerca de 30% a destes. Todavia, em virtude de haver maior parcela destes que auferem rendimentos de aposentadoria (42,7%, contra 22,4%, tabela 7), a renda domiciliar média dos conta própria torna-se maior que a dos formais privados quando se inclui outras fontes de renda: R\$ 1.699 contra R\$1.674, sem o AE e R\$ 2.186 versus R\$ 1.995, incluído o AE.

Por sua vez, o maior acesso entre os informais privados e trabalhadores por conta própria ao Bolsa Família, ao BPC e ao AE fez com que, em maio, a renda domiciliar total nesses domicílios onde o chefe perdeu a ocupação fosse 240% maior que a renda domiciliar do trabalho efetiva, enquanto para os formais privados esse aumento foi de 140%.⁸

Resultados semelhantes podem ser observados no painel B da tabela 8, que mostra a renda domiciliar média nos domicílios onde o chefe se encontrava afastado do trabalho por conta da pandemia e recebia menos da metade do rendimento habitual.

TABELA 8

Renda domiciliar média por posição na ocupação do chefe do domicílio entre os que perderam a ocupação e entre os que estavam afastados e recebendo menos da metade do habitual (maio 2020)

(Em R\$ de julho)

Tipo de ocupação	Renda domiciliar do trabalho	Renda domiciliar com outras fontes (sem AE)	Renda domiciliar total (com AE)
Painel A: chefe do domicílio perdeu ocupação entre o 1º trimestre e maio de 2020			
Privado formal	831,31	1.674,96	1.995,16
Privado informal	517,39	1.185,97	1.758,01
Militar/estatutário	1.284,34	4.627,40	4.822,45
Público CLT	1.392,84	3.308,74	3.595,77
Público informal	826,51	1.826,69	2.303,30
Empregador	855,86	3.312,79	3.646,64
Conta própria	643,70	1.699,76	2.186,14
Painel B: chefe do domicílio estava afastado e recebia menos de 50% do habitual			
Privado formal	1.170,51	1.589,22	2.007,51
Privado informal	611,97	942,47	1.564,41
Militar/estatutário	2.076,65	2.656,82	3.067,39
Público CLT	1.701,10	2.378,25	2.533,33
Público informal	810,44	1.311,04	1.744,45
Empregador	1.489,54	2.623,06	2.852,93
Conta própria	846,38	1.350,23	1.903,00

Fontes: IBGE (2020a; 2020b).

Elaboração dos autores.

8. Para uma análise do impacto do AE na manutenção da renda domiciliar durante a pandemia, ver Carvalho (2020).

Outro aspecto importante a ser considerado é que a precariedade laboral está altamente associada à precariedade de condições de vida, e isso se reflete na insegurança habitacional. Tal fato pode ser constatado pela tabela 9, que mostra a proporção do valor do aluguel em relação à renda domiciliar total em maio de 2020. De acordo com a PNAD Covid-19, 21,3% dos domicílios eram alugados nesse mês (IBGE, 2020b). Por essa tabela, verifica-se que somente em menos da metade dos domicílios onde o chefe era conta própria ou trabalhador privado informal o valor do aluguel era menor que 30% da renda domiciliar total. Para além disso, em torno de 22% desses domicílios, o aluguel superava 60% da renda domiciliar.

No painel B, mostra-se o impacto da insegurança na ocupação, com sua perda ou afastamento, na insegurança habitacional. Nesses casos, até mesmo entre os trabalhadores do setor privado formal, em mais de 17% dos domicílios, o aluguel representava mais de 90% da renda domiciliar e apenas um terço ainda conseguia manter o aluguel em menos de 30% da renda domiciliar. Entre os empregadores, a proporção dos domicílios em que o aluguel era mais de 90% da renda superava os 25%.

TABELA 9

Proporção do valor do aluguel em relação à renda domiciliar total (maio 2020)
(Em %)

Tipo de ocupação	Menos de 30%	Entre 30% e 60%	Entre 60% e 90%	Mais de 90%
Painel A: todos os domicílios por posição na ocupação do chefe				
Privado formal	62,0	30,9	4,6	2,6
Privado informal	46,7	32,3	9,5	11,5
Público formal	82,9	15,6	1,3	0,3
Público informal	73,6	20,1	3,2	3,0
Empregador	58,3	24,5	12,0	5,3
Conta própria	44,9	32,2	10,7	12,3
Painel B: domicílios em que o chefe perdeu ocupação ou estava afastado e recebendo menos da metade do habitual				
Privado formal	33,7	38,3	10,6	17,4
Privado informal	30,1	33,4	14,4	22,1
Público formal	62,9	22,7	3,8	10,7
Público informal	44,2	32,3	3,6	20,0
Empregador	28,8	22,4	22,9	25,9
Conta própria	32,6	30,7	14,6	22,1

Fontes: IBGE (2020a; 2020b).
Elaboração dos autores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma bastante genérica, pode-se definir o trabalho precário como uma relação de emprego que leva o trabalhador a uma condição de vida precária, uma condição de vida econômica e socialmente insegura, vulnerável à desocupação, ao adoecimento, à incapacidade física e à velhice. Apesar de pouco útil empiricamente, tal definição nos força a atentar que haverá diferentes formas de trabalho precário e que estas variarão no tempo e entre as diferentes sociedades. Não há um conjunto de características empíricas estáticas que dará conta da complexidade do termo, que reflete apenas a própria complexidade da realidade atual do mercado de trabalho. Todavia, a prevalência das condições de precariedade laboral nas atividades informais e nas relações de trabalho sem contrato firmado é inegável. Contudo, a realidade evidencia que essa correlação não é necessária. Tanto é possível encontrar-se precariedade no universo da economia formal, como circunstâncias absolutamente distantes da precariedade em contextos completamente informais.

A crise ocasionada pela pandemia tornou essas considerações mais visíveis. O impacto na segurança laboral dos trabalhadores ditos informais foi brutal, acarretando enorme perda de renda domiciliar, elevando a dependência de transferências de renda e agravando a insegurança habitacional. Contudo, confirma-se que a precariedade laboral não atinge apenas os informais. Detectou-se que os efeitos da crise sobre uma parcela dos trabalhadores formais do setor privado foram também intensos, especialmente naquelas ocupações que são tradicionalmente precarizadas, ocasionando as mesmas consequências e refletindo também no aumento da dependência das transferências de renda, inclusive do AE. Um fato que faz emergir a premente necessidade de maior compreensão desse universo laboral. Ademais, os dados das tabelas 5 e 9 mostram que isso pode ser dito em relação à parte dos empregadores, sem dúvida, com prevalência para os micro e pequenos empresários.

A crise desencadeada pela Covid-19 mostra quão grave são os problemas que a precarização do mercado de trabalho, em todas as suas formas de expressão, acarreta. Reforça também como a noção de que o empreendedorismo – fortemente caracterizado em trabalhadores por conta própria e micro e pequenos empresários – como solução da crise da sociedade salarial é uma falácia. A ideia de trabalhadores que conquistam sua independência assumindo os riscos, para sua imensa maioria, transforma-se no oposto, no aumento da dependência de transferências de renda e perda de autonomia. Da mesma forma, revela como a noção de remunerar o trabalhador apenas pelo período em que ele “presta o serviço ao empregador”, que está presente em todas as reformas trabalhistas pelo mundo, não é sustentável. Os dados são claros em mostrar que os direitos associados ao contrato de trabalho formal ainda fazem grande diferença em situações em que estamos passando. A pandemia da Covid-19 evidenciou de forma expressiva essa questão. Isso porque todos foram afetados ao mesmo tempo, por uma causa em comum, e expostos a uma mesma realidade; porém, a gravidade dos efeitos foi significativamente distinta. E é um fato que os trabalhadores precários, sejam formais ou informais, por inúmeras razões, estão expostos a esse tipo de crise incessantemente. Caso não se reverta a tendência hoje prevalente de precarização das relações de trabalho, teremos uma sociedade dependente de um AE permanente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do Auxílio Emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 48, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T)**: 2º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

NOGUEIRA, M. O.; SILVA, S. P.; CARVALHO, S. S. **Socorro governamental às pequenas unidades produtivas frente à atual pandemia**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 63).

APÊNDICE A

TABELA A.1

Proporção de afastados pela pandemia, renda efetiva, proporção da renda efetiva sobre a habitual e proporção de trabalhadores com renda menor que 50% da habitual, por ocupação (jul. 2020)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Brasil	8,4	2.069,87	87,1	14,5
Cabeleireiro, manicure e afins	16,5	873,95	58,3	44,2
Vendedor ambulante	14,4	825,52	65,5	34,4
Artista e religioso (padre, pastor etc.)	12,1	1.943,57	67,6	30,8
Artesão, costureiro e sapateiro	10,6	944,61	71,9	30,8
Comerciante (dono de bar, loja etc.)	6,6	1.978,30	73,2	27,8
Motorista (de aplicativo, táxi, van, mototáxi e ônibus)	14,2	1.391,45	73,5	24,5
Vendedor a domicílio, representante de vendas e vendedor de catálogo	8,3	1.633,75	75,4	26,9
Cozinheiro e garçom (de restaurantes e empresas)	18,1	1.116,74	78,2	19,8
Pedreiro, servente de pedreiro, pintor, eletricista e marceneiro	5,7	1.230,17	78,3	22,1
Empregado doméstico e diarista	12,9	807,95	81,9	19,6
Motoboy	3,9	1.272,04	82,3	16,4
Mecânico de veículos, máquinas industriais etc.	4,5	1.623,23	83,8	15,1
Padeiro, açougueiro e doceiro	4,6	1.192,48	85,4	14,2
Outros	8,9	2.064,02	86,3	14,3
Entregador de mercadorias (de restaurante, loja e aplicativo)	4,4	1.208,86	86,4	13,3
Pedagogo, professor de idiomas, música, arte e reforço escolar	16,1	2.233,57	86,6	17,1
Médico, enfermeiro e profissionais de saúde de nível superior	4,8	5.380,86	87,0	13,3
Cuidador de crianças, doentes ou idosos	19,4	1.098,83	87,4	14,3
Motorista de caminhão (caminhoneiro)	4,0	1.912,59	87,6	11,1

(Continua)

(Continuação)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Diretor, gerente e cargo político ou comissionado	4,7	5.410,44	88,3	11,5
Outra profissão de nível superior (advogado, engenheiro etc.)	3,5	5.001,74	89,3	12,2
Balconista e vendedor de loja	7,8	1.253,49	89,4	9,4
Agricultor e criador de animais, pescador, silvicultor e jardineiro	3,4	1.240,64	89,6	17,8
Outro técnico ou profissional de nível médio	7,9	2.478,94	89,9	9,8
Auxiliar de produção, de carga e descarga	6,1	1.296,71	91,2	9,0
Auxiliar da agropecuária (colhedor de frutas, boia-fria etc.)	2,4	980,34	91,3	12,5
Operador de máquinas e montador na indústria	6,6	1.791,74	92,6	5,9
Faxineiro e auxiliar de limpeza etc. – em empresa pública ou privada	14,6	1.138,87	93,3	6,9
Secretária e recepcionista	11,9	1.468,43	93,8	6,2
Auxiliar de escritório e escriturário	9,2	1.805,97	94,0	6,2
Operador de <i>telemarketing</i>	2,3	1.317,44	95,1	3,7
Segurança, vigilante e outros trabalhadores dos serviços de proteção	5,4	2.008,31	95,7	3,5
Técnico e profissional da saúde de nível médio	6,9	1.880,50	95,7	4,0
Porteiro e zelador	7,8	1.465,17	95,8	3,2
Professor	20,0	3.342,47	96,1	4,9
Policial civil	3,5	6.378,90	98,5	0,6

Fonte: IBGE (2020).
Elaboração dos autores.

TABELA A.2

Proporção de afastados pela pandemia, renda efetiva, proporção da renda efetiva sobre a habitual e proporção de trabalhadores com renda menor que 50% da habitual por ocupação – trabalhadores do setor privado com carteira (jul. 2020)

Ocupação	Afastados pela pandemia (%)	Rendimento efetivo do trabalho (R\$)	Proporção da renda efetiva sobre habitual (%)	Proporção de trabalhadores com renda < 50% da habitual (%)
Trabalhador do setor privado com carteira	6,8	2.095,63	92,8	6,4
Cabeleireiro, manicure e afins	18,6	1.123,48	73,0	25,3
Vendedor ambulante	5,8	1.342,59	80,3	16,0
Cozinheiro e garçom (de restaurantes e empresas)	20,4	1.191,46	80,3	16,7
Motorista (de aplicativo, táxi, van, mototáxi e ônibus)	10,7	1.649,73	85,1	12,5
Artesão, costureiro e sapateiro	13,5	1.188,84	87,5	12,6
Vendedor a domicílio, representante de vendas e vendedor de catálogo	4,4	2.202,54	89,9	6,1
Balconista e vendedor de loja	7,6	1.340,45	90,8	7,8
Secretária e recepcionista	9,1	1.386,26	92,5	6,2
Empregado doméstico e diarista	10,0	1.188,30	93,1	7,4
Faxineiro e auxiliar de limpeza etc. – em empresa pública ou privada	11,3	1.162,75	93,3	6,5
Motoboy	4,3	1.495,24	95,1	4,1
Operador de <i>telemarketing</i>	1,6	1.362,09	95,8	2,6
Entregador de mercadorias (de restaurante, loja e aplicativo)	2,8	1.360,33	97,1	3,0

Fonte: IBGE (2020).
Elaboração dos autores.

TABELA A.3

Renda domiciliar média por posição na ocupação do chefe do domicílio (maio 2020) (R\$ de julho)

Tipo de ocupação	Renda domiciliar do trabalho	Renda domiciliar com outras fontes (sem AE)	Renda domiciliar total (com AE)
Privado formal	3.471,70	3.773,72	3.967,40
Privado informal	2.225,23	2.665,06	3.180,67
Militar/estatutário	6.217,76	6.731,72	6.840,62
Público CLT	5.394,04	6.067,02	6.197,27
Público informal	3.546,32	4.060,53	4.333,16
Empregador	7.017,54	8.167,08	8.311,17
Conta própria	2.148,99	2.688,43	3.158,94

Fonte: IBGE (2020).
Elaboração dos autores.

REFERÊNCIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

